



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

CONTRATO Nº. 121/2011

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2011 - Item 2
PROCESSO Nº 21181.000128/2011-23

TERMO DE CONTRATO ITEM 2: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC, NA MODALIDADE LOCAL (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL), COM O FORNECIMENTO DE 3 (TRÊS) E1S 2MBPS, CAS/R2 COM 50 ACESSOS SIMULTÂNEOS E FAIXA DE NUMERAÇÃO PARA 300 (TREZENTOS) RAMAIS DDR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, REPRESENTADA PELO LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E A EMPRESA TELEMAR NORTE LESTE S/A NA FORMA ABAIXO:

A União, por intermédio do **LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG**, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, inscrito no CNPJ sob nº 00.396.895/0062-47, com sede na Av. Rômulo Joviano, s/nº, no Centro de Pedro Leopoldo/MG, CEP 33600-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor **Ricardo Aurélio Pinto Nascimento**, Coordenador nomeado pela Portaria nº 175, de 24/03/2005, publicada em 28/03/2005, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 104, de 18/04/2006, publicada em 19/04/2006 e a empresa **TELEMAR NORTE LESTE S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.000.118/0001-79, sediada na Rua General Polidoro, 99 - Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.280-001, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Gerente de Vendas o Sr. **Gonçalo Alexandre Lopes**, portador da cédula de identidade nº. 07654509-4 IFP-RJ, inscrito no CPF sob o nº. 922.276.197-91 e por seu Gerente de Engenharia Comercial o Sr. **Ivan Saide de Mello**, portador da carteira profissional nº. 91-1-03004-3 - CREA/RJ, inscrito no CPF sob o nº. 955.090.547-00, com poderes para representar a empresa nos termos do Contrato Social, têm entre si justo e avençado e celebram por força deste instrumento, o presente Contrato de contratação de empresa especializada em Serviço Telefônico fixo comutado - STFC, na modalidade LOCAL (fixo-fixo e fixo-móvel), com o fornecimento de 3 (três) e1s 2mbps, CAS/R2 com 50 acessos simultâneos e faixa de numeração para 300 (trezentos) ramais DDR, conforme as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto nº 6.204/2007, no Decreto nº 2.271/97, no Decreto-Lei nº 200/67, Decreto nº 3.722/01, Instrução



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

Normativa SLTI/MPOG nº 02/08, Lei 8.212/91 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada em Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade LOCAL (fixo-fixo e fixo-móvel), com o fornecimento de 3 (três) E1s 2Mbps, CAS/R2 com 50 acessos simultâneos e faixa de numeração para 300 (trezentos) ramais DDR, cujas especificações das centrais telefônicas instaladas no LANAGRO-MG e demais sites estão configuradas no ANEXO II-A - Termo de Referência - ITEM 2, do edital, visando atender as demandas do Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO/MG e Unidades Externas pertencentes, de acordo com o Regimento Interno dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, publicado através da Portaria nº 104 de 19/04/2006, tais como: LASO, LACQSA, SLAV/RJ, LOFC e LABV, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

1.2. O presente Contrato é parte integrante do Edital do Pregão Eletrônico nº 16/2011 independentemente de transcrição, com seus Anexos e a Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de menor preço por Item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Os serviços serão prestados de maneira contínua no LANAGRO/MG e em suas Unidades, nos endereços discriminados abaixo:

Órgãos	Cidade	Endereços
LANAGRO/MG	Pedro Leopoldo	Av. Rômulo Joviano, s/nº Cx. Postal 35, 50 CEP: 33600-000
LACQSA/LASO (Unidade Externa)	Belo Horizonte	Avenida Raja Gabaglia, nº 245 Setor H Bairro Cidade Jardim CEP: 30.380-090
SLAV/RJ (Unidade Externa)	Rio de Janeiro	Avenida Maracanã, nº 252 Bairro Maracanã CEP: 20.271-110

3.2. Centrais telefônicas instaladas no LANAGRO-MG com E1:



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

3.2.1. EDIFÍCIO SEDE DO LANAGRO-MG

Avenida Rômulo Joviano, s/nº – PEDRO LEOPOLDO-MG
PABX DIGITAL/IP 2 Mbps CAS/R2 - 01 E1(30 acessos)
248 ramais, sendo 2 IP, 48 digitais e 200 analógicos;

3.2.2. LACQSA/LASO

Avenida Raja Gabaglia, nº 245 Setor H B. Cidade Jardim–Belo Horizonte-MG
PABX DIGITAL/IP 2 Mbps CAS/R2 - 01 E1(10 acessos)
22 ramais, sendo 4 IP, 2 digitais e 18 analógicos;

3.2.3. SLAV/RJ

Avenida Maracanã, nº 252 Bairro Maracanã – RIO DE JANEIRO-RJ
PABX DIGITAL/IP 2 Mbps CAS/R2 - 01 E1(10 acessos)
22 ramais, sendo 4 IP, 2 digitais e 18 analógicos;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 A CONTRATADA obriga-se a:

4.1.1. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;

4.1.2. Executar os serviços conforme especificações dos Termos de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

4.1.3. Não permitir a utilização do trabalho do menor, em horário noturno, perigoso ou insalubre, para menores de dezoito anos e de qualquer trabalho menores de dezessete anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4.1.4. Executar os serviços dentro dos padrões éticos e de qualidade atribuíveis aos mesmos e previstos no Termo de Referência;

4.1.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco nas informações, que possam causar dano a administração, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.1.6. Manter atendimento às solicitações da CONTRATANTE, de acordo com as exigências dos Termos de Referência anexos do Edital;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

- 4.1.7. Observar e orientar-se por todas as especificações técnicas exigidas nos Termos de Referência e descritos na Proposta apresentada;
- 4.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;
- 4.1.9. Alocar um consultor ou gerente de contas para acompanhar o contrato e indicar o(s) funcionário(s) que estarão designados para atender as solicitações da FISCALIZAÇÃO relativas a esta contratação. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição do referido consultor ou gerente de contas da empresa CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços.
- 4.1.10. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações e comunicações de dados realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.
- 4.1.11. Prestar o serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, com monitoramento na modalidade 8x5 e atendimento on-site.
- 4.1.12. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, sob sua responsabilidade, por problemas de funcionamento do serviço. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da empresa CONTRATADA para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização, devidamente aprovados pela ANATEL.
- 4.1.13. Disponibilizar uma Central de Atendimento, com ligação não tarifada, para que o LANAGRO-MG faça registros de ocorrências e as solicitações de reparo, bem como o acompanhamento da solução dos problemas.
- 4.1.14. A Central de Atendimento deverá gerar um identificador de registro de chamadas, que será informado o LANAGRO-MG no momento da reclamação, e que terá por finalidade identificar, a qualquer momento, o problema específico, possibilitando o controle de chamadas.
- 4.1.15. Para o serviço de STFC **LOCAL**, a respectiva empresa CONTRATADA deverá fornecer o LANAGRO-MG a fatura tipo customizada, via programa de computador Microsoft Excel ou conversível para o mesmo, entregue em CD que deverá permitir, em cada caso:
- 4.1.15.1. A visualização do relatório dos serviços de cada linha telefônica e RAMAL DDR, em grupo ou individualmente;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

- 4.1.16. A visualização do relatório individualizado de cada serviço prestado;
- 4.1.17. A localização rápida e imediata de qualquer linha telefônica com o seu respectivo relatório;
- 4.1.18. Os relatórios devem conter uma descrição completa para a análise, incluindo a utilização dos serviços do tipo local e VC1, a duração, para qual operadora e a tarifa cobrada nas ligações individualmente.
- 4.1.19. Os relatórios devem conter uma descrição completa para a análise, incluindo a utilização dos serviços do tipo VC1, VC2, VC3, LDI, etc., a duração, para qual operadora e a tarifa cobrada nas ligações individualmente.
- 4.1.20. A CONTRATADA não poderá cobrar tarifas por serviços ou facilidades não contratadas ou não expressamente autorizados pelo LANAGRO-MG.
- 4.1.21. Não poderão ser cobradas taxas para o bloqueio ou desbloqueio de qualquer serviço ou facilidade prestada pela operadora vencedora do certame.
- 4.1.22. Todo o Plano de Numeração, caso ocorra ou não alteração de operadora em decorrência do processo licitatório, poderá ser disponibilizado com o mesmo número hoje em uso pelo LANAGRO-MG, ou seja, poderá ser exercido o direito de "PORTABILIDADE".
- 4.1.23. A relação dos números para o exercício da "Portabilidade" será fornecida pelo LANAGRO-MG na assinatura do contrato.
- 4.1.24. Quaisquer serviços prestados pela CONTRATADA deverão ocorrer em horários que não prejudiquem o funcionamento regular do LANAGRO-MG.
- 4.1.25. A CONTRATADA deverá manter sigilo e inviolabilidade das conversações e comunicações de dados realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.
- 4.1.26. Efetuar, caso seja necessário, e por solicitação do LANAGRO-MG, verificação com o objetivo de medir o desempenho do circuito contratado quanto às perdas de pacotes, de forma que se possa estudar uma solução, sem que a mesma incida em custos adicionais à CONTRATANTE.
- 4.1.27. A substituição de componentes eletro-eletrônicos, comprovadamente danificados por acidentes naturais, defeitos de fabricação e casos fortuitos previstos em lei, serão objeto de orçamento prévio e após a autorização do LANAGRO-MG será feita a execução do reparo ou substituição;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

4.1.28. Os serviços de assistência técnica dos equipamentos envolvidos neste escopo, com atendimento "on-site" no prazo máximo de 04 (quatro) horas a contar do chamado, no caso de alarme principal e queda da Central; e 08 (oito) horas a contar do chamado, no caso de alarme secundário e demais defeitos. O prazo de recuperação será contado a partir da abertura do chamado, independente do meio de solicitação, se por escrito, por telefone ou web, com restabelecimento das comunicações no prazo máximo de 4 (quatro) horas para alarme principal e queda da central e em 48 (quarenta e oito) horas para solução definitiva do alarme secundário e demais defeitos.

4.1.29. Ficará a cargo da CONTRATADA, todas as despesas decorrentes dos serviços, materiais e transportes necessários à correção de anormalidades apresentadas pelos materiais e instalações fornecidas, durante o período de garantia.

4.1.30. O conserto ou reposição de componentes e/ou partes desses, que comprovadamente apresentarem defeito, deverá ser substituído por outro original, conforme especificações técnicas do fabricante, de forma a garantir as características funcionais do equipamento, sem qualquer ônus para o LANAGRO-MG;

4.1.31. Estão incluídos no conserto ou substituição de peças, partes e componentes, que comprovadamente apresentarem defeito:

4.1.31.1. Os custos de deslocamentos e mão de obra para execução do serviço;

4.1.31.2. A CONTRATADA, em casos que para a manutenção se fizer necessária irá remover qualquer peça ou equipamento para reparo fora das dependências do LANAGRO ou Unidades Externas e disponibilizará imediatamente equipamento similar / aparelho compatível durante o conserto, sem qualquer ônus para o LANAGRO-MG;

4.2. Todas as comunicações referentes à prestação dos serviços serão consideradas regularmente feitas, se entregues, ou remetidas pela empresa CONTRATADA, através de protocolo, carta, telegrama ou fax, inclusive qualquer alteração de estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes.

4.3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

4.3.1. a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do LANAGRO/MG;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

4.3.2. a utilização do Contrato como garantia para qualquer operação financeira, bem como a cessão, subcontratação ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, do fornecimento contratado sem o prévio e expresse consentimento do LANAGRO/MG, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital, no Contrato e na legislação em vigor.

CLÁUSULA QUINTA - DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Executar os serviços conforme especificações do Anexo II - A - Termo de Referência - ITEM 2 e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO LANAGRO/MG

6.1. O LANAGRO/MG obriga-se a:

6.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

6.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

6.1.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

6.1.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.6. Permitir acesso da empresa CONTRATADA às suas dependências (salas de equipamento, quadros de distribuição) para execução e/ou reparação dos serviços.

6.1.7. Fornecer os seguintes recursos nos locais de instalação dos serviços:

6.1.8. Alimentação (disponibilização de energia elétrica estabilizada e aterrada) para os equipamentos necessários à implantação dos serviços (modems, roteadores, etc.);



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

6.1.9. Fornecer os pontos de alimentação A/C nos endereços de instalação dos rádios como também as adaptações que si fizer necessárias nas edificações onde serão instalados os rádios.

6.1.10. Fornecer à empresa CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto do contrato.

6.1.11. Notificar, por escrito, à empresa CONTRATADA, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor da presente contratação está estimada em **R\$ 8.517,26 (oito mil quinhentos e dezessete reais e vinte e seis centavos)** mensais, perfazendo **R\$ 102.207,15 (cento e dois mil duzentos e sete reais e quinze centavos)** anuais, assim distribuídos:

ITEM 2 - STFC LOCAL MG				
Tipo de telefone ou rede de destino (A)	Horário das chamadas (B)	Volume de tráfego mensal (C)	Preço Unitário (D)	(R\$) (E = C x D)
FIXO-FIXO	NORMAL	10.442	R\$ 0,09	R\$ 907,36
FIXO-MÓVEL (VC1)	NORMAL	4.968	R\$ 0,64	R\$ 3.161,14
TOTAL 1				R\$ 4.068,50
Descrição		Quantidade	Preço unitário	Preço total
Assinatura E1 (30 acessos)		1	R\$ 1.195,46	R\$ 1.195,46
Assinatura E1 (10 acessos)		1	R\$ 478,18	R\$ 478,18
Assinatura ramais DDR (Módulos de 50)		6	R\$ 164,95	R\$ 989,70
Instalação dos E1s digitais (Taxa Única)		2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL 2				R\$ 2.663,34
VALOR GLOBAL ITEM 2 MG = 12 x (TOTAL 1 + TOTAL 2)				R\$ 80.782,10
ITEM 2 - STFC LOCAL RJ				
Tipo de telefone ou rede de destino (A)	Horário das chamadas (B)	Volume de tráfego mensal (C)	Preço Unitário (D)	(R\$) (E = C x D)
FIXO-FIXO	NORMAL	2.611	R\$ 0,09	R\$ 243,98
FIXO-MÓVEL (VC1)	NORMAL	1.242	R\$ 0,68	R\$ 849,84
TOTAL 1				R\$ 1.093,82
Descrição		Quantidade	Preço unitário	Preço total
Assinatura E1 (10 acessos)		1	R\$ 514,22	R\$ 514,22
Assinatura ramais DDR (Módulos de 50)		1	R\$ 177,38	R\$ 177,38
Instalação dos E1s digitais (Taxa Única)		1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL 2				R\$ 691,60
VALOR GLOBAL ITEM 2 RJ = 12 x (TOTAL 1 + TOTAL 2)				R\$ 21.425,05
VALOR GLOBAL ITEM 2 (MG+RJ)				R\$ 102.207,15



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

7.3. Para atender as despesas com a contratação durante o exercício de 2012 foi emitida a nota de empenho nº 2011NE800999 de 05 de dezembro de 2011 e a despesa do exercício subsequente correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

8.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2012, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses.

8.2. O contrato poderá ser prorrogado desde que demonstrada justificadamente a vantagem para a Administração e previamente autorizado pela autoridade competente.

8.3. Toda prorrogação será precedida de realização de pesquisa de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

8.4. Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

8.4.1. Excepcionalmente, poder-se-á admitir a redução parcial dos custos não renováveis já pagos ou amortizados, desde que demonstrada a vantagem na manutenção do contrato.

8.5. É vedada a prorrogação do contrato quando:

8.5.1. Os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços;

8.5.2. A CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão CONTRATANTE, enquanto perdurarem os efeitos.

8.5.3. A CONTRATADA não mantiver as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Assinatura

Assinatura

Assinatura



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

8.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

8.1.1. O pagamento será realizado em até 05 (cinco) dias úteis, no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite do art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.

8.2. As Notas Fiscais emitidas em arquivo eletrônico para pagamento deverão ser enviadas unicamente e exclusivamente para o e-mail do Protocolo do LANAGRO/MG pro.lanagromg@agricultura.gov.br para encaminhamento a área administrativa.

8.3. O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts. 27 a 32 da Lei nº 8.666/93.

8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.5. Na hipótese de irregularidade no cadastro ou habilitação no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 20 (vinte) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexo e rescisão do contrato.

8.6. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

8.7. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

8.8. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.9. A administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

8.10. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

8.11. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

10.1. O reajuste dos serviços objeto do contrato será realizado de acordo com os critérios e índices previstos em regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

10.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data de início da vigência do reajuste anterior.

10.4. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento.

10.5. De acordo com o inciso VII, do art. 19, da Lei nº 9.472, de 1997, compete à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes.

10.6. Caso seja determinada a redução dos preços pela ANATEL, ficará a CONTRATADA, de igual modo, obrigada a repassá-la o LANAGRO-MG.

10.7. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa com a contratação do serviço, estimada em **R\$ 8.517,26 (oito mil quinhentos e dezessete reais e vinte e seis centavos)** mensais, perfazendo **R\$ 102.207,15 (cento e dois mil duzentos e sete reais e quinze centavos)** anuais, conforme Proposta da CONTRATADA, correrá à conta do seguinte recurso orçamentário, relativo ao exercício de 2012:

- Natureza da Despesa: 3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiro
- Projeto / Atividade: 20.604.0356.21320001 - LABANIMAL e/ou a conta de outros recursos que forem consignados ao Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO, em virtude de provisão ou outros meios legais admitidos.
- Gestão: 00001 – Tesouro
- Unidade Orçamentária: 130007

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

12.1 A Administração indicará representante, especialmente designado, nos termos do 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97, para acompanhamento e fiscalização do contrato, nos termos especificados no contrato;

12.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de

(Handwritten signatures and marks)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

1997.

12.3. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3.1. A CONTRATANTE designou como fiscal deste contrato a servidora **Sueli Mendes trindade**, a qual determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. E em sua ausência fica determinada como sua substituta a servidora **Vânia Sueli de Faria Sousa**.

12.3.2. A CONTRATADA designou como preposto seu Executivo de Negócios o Sr. **Hider Vinicius Goeking**, CPF: 054.179.076-50, para representá-la, na execução deste contrato, promovendo obrigatoriamente as correções ou substituições às suas expensas, que fizerem necessárias, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto contratado, podendo a CONTRATANTE a qualquer momento realizar a substituição do preposto.

12.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

12.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

12.6. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

12.7. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

12.8. A qualidade e quantidade dos recursos utilizados;

12.9. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

12.10. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

12.11. a satisfação do usuário.

12.12. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Pág. 13 de 19



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

12.13. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

12.15.1. Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou seqüência dos serviços em execução, bem como as interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA;

12.15.2. Exercer rigoroso controle sobre a execução dos serviços aprovando os eventuais ajustes que ocorreram durante o desenvolvimento dos trabalhos;

12.15.3. Exercer rigoroso controle sobre os prazos estabelecidos para o fornecimento e ativação dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.1.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

13.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

14.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

14.1.1. Advertência por escrito;

[Assinaturas manuscritas]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

14.1.2. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso;

14.1.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;

14.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

14.2. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

14.2.1. Advertência por escrito;

14.2.2. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência;

14.2.3. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;

14.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

14.3. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

14.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

14.6. A multa será descontada da garantia do contrato, quando for o caso, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

14.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

14.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Coordenador do LANAGRO/MG.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

16.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

16.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

Assinaturas manuscritas e rubricas no rodapé da página.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

16.1.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

16.1.4. O atraso injustificado do resultado da pesquisa;

16.1.5. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

16.1.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

16.1.7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de superiores;

16.1.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

16.1.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

16.1.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

16.1.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

16.1.12. Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

16.1.13. A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

16.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

[Assinaturas manuscritas]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

16.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

16.1.16. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

16.1.17. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

16.1.18. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

16.2. Se a Administração verificar que o descumprimento contratual não é decorrente de má-fé ou a incapacidade da empresa, poderá conceder prazo para que a CONTRATADA cumpra com suas obrigações, sob pena de rescisão contratual.

16.3. Rescindido o contrato, a Administração descontará da garantia contratual e do pagamento devido à CONTRATADA os valores decorrentes das multas aplicadas e de prejuízos causados pela CONTRATADA à Administração.

16.4. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, no Decreto nº 2.271, de 1997, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato do Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Pedro Leopoldo, 21 de dezembro de 2011.

Ricardo Aurélio P. Nascimento
CONTRATANTE

Gonçalo Alexandre Lopes
CONTRATADA
Ivan Saide de Mello
CONTRATADA

Testemunhas:

Claret da Conceição Gonçalves Monteiro
Chefe da DAD/LANAGRO/MG
Patrícia da Silva Falcão
Resp. GESCON LANAGRO/MG



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



TERMO ADITIVO Nº. 22/2012

Pregão Eletrônico nº 16/2011 - Item 2
Processo nº 21181.000128/2011-23

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 121/2011, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - LANAGRO/MG E A EMPRESA TELEMAR NORTE LESTE S/A.

A União, por intermédio do **LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG**, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento com sede à Avenida Rômulo Joviano s/nº - Centro, em Pedro Leopoldo/MG, CEP: 33600-000, inscrito no CNPJ sob o nº 00.396.895/0062-47, neste ato representado pelo Senhor **Ricardo Aurélio Pinto Nascimento, Coordenador** nomeado pela Portaria nº 175, de 24/03/2005, publicada em 28/03/2005, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 104, de 18/04/2006, publicada em 19/04/2006, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **TELEMAR NORTE LESTE S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.000.118/0001-79, sediada na Rua General Polidoro, 99 - Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.280-001, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Executivo de Negócios o Sr. **Hider Vinicius Goeking**, portador da cédula de identidade nº. MG 11.660.431 SSP-MG, inscrito no CPF sob o nº. 054.179.076-50 e por seu Gerente de Vendas o Sr. **Cristiano Veloso Souza Mendes**, portador da cédula de identidade nº 6.076.799 SSP MG, inscrito no CPF sob o nº. 037.204.176-03, têm entre si justos e avençados, e celebram por força deste instrumento, o presente **TERMO ADITIVO**, sujeitando às normas preconizadas na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, observadas as condições expressas no Processo nº. 21181.000128/2011-23, Pregão Eletrônico nº 16/2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de trata a Cláusula Oitava do Contrato original para um novo prazo com início em 01/01/2013 e término em 31/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2. O valor mensal do presente Termo Aditivo está estimado em **R\$ 8.517,26 (oito mil quinhentos e dezessete reais e vinte e seis centavos)** mensais, perfazendo **R\$ 102.207,15 (cento e dois mil duzentos e sete reais e quinze centavos)** anuais



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3. As despesas correrão à conta do orçamento do exercício de 2013, Elemento de Despesa 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros, Projeto Atividade 20604202821320001 LABANIMAL e/ou a conta de outros recursos que forem consignados ao Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO/MG, em virtude de provisão ou outros meios legais admitidos.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4. As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5. A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Belo Horizonte - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Pedro Leopoldo, 26 de dezembro de 2012.


Ricardo Aurélio P. Nascimento
CONTRATANTE


Hider Vinicius Goeking
CONTRATADA


Cristiano Veloso S. Mendes
CONTRATADA

Testemunhas:


Claret da Conceição Gonçalves Monteiro
Chefe da DAD/ LANAGRO/MG


Patricia da Silva Falcão
GESCON LANAGRO/MG

Espécie: Contrato de Empreitada por Preço Global, Irreajustável, Parcialmente. **Emprego:** Semelhante(Contratante). **CNPJ/CPF:** 00.348.003/0041-68 e a CCL - CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA(Contratada). **CNPJ/CPF:** 02.009.913/0001-82. **Código da Unidade Gestora:** 135012. **Objeto:** Construção de Prédio de Ventilação do Setor de Veículos a Transporte da Empresa Semelhante, com área de 51,68m². **Modalidade de Licitação:** Tomada de Preço nº 02/2012 - Empresa Semelhante. **Valor Global:** R\$ 397,36. **Fonte de recursos:** 0100. **Data de assinatura:** 07/01/2013. **Vigência:** 06/07/2013. **Signatários:** Nelson Franklin de Melo, pela Empresa Semelhante e Benventura Alves de Oliveira, pela Contratada.

Espécie: Contrato de Empreitada por Preço Global, Irreajustável, Parcialmente. **Emprego:** Semelhante(Contratante). **CNPJ/CPF:** 00.348.003/0041-68 e a CCL - CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA(Contratada). **CNPJ/CPF:** 02.009.913/0001-82. **Código da Unidade Gestora:** 135012. **Objeto:** Reforma de Prédio de Ventilação da Empresa Semelhante, com área de 461,46m². **Modalidade de Licitação:** Tomada de Preço nº 02/2012 - Empresa Semelhante. **Valor Global:** R\$ 230,44. **Fonte de recursos:** 0100. **Data de assinatura:** 07/01/2013. **Vigência:** 06/07/2013. **Signatários:** Nelson Franklin de Melo, pela Empresa Semelhante e Benventura Alves de Oliveira, pela Contratada.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2013 - UASG 130018

Nº Processo: 211700005220126. **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de água e serviços de águas para o exercício de 2013 em proveito da Estação Meteorológica de Urupema do 9º Distrito - MT. **Título de Item Licitação:** 00001. **Fundamento Legal:** Art. 2º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. **Justificativa:** Serviços em referência são realizados por única fornecedora. **Declaração de Inexigibilidade em 2012/2012:** MARINA DA CONCEIÇÃO PADILHA. **Ordemadora de Despesas:** Ratificação em 26/12/2012. **ANTONIO DIVINO MOURA - Diretor de Insumos.** **Valor Global:** R\$ 693,00. **CNPJ CONTRATADA:** 03.644.540/0001-74 DIAMANTIN O PREFEITURA.

(SICON - 07/01/2013) 130018-00001-2012NE00001

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2013 - UASG 130018

Nº Processo: 2117000052201211. **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de água e serviços de águas e manutenção do solo hídrico para o exercício de 2013 em proveito da Estação Meteorológica de Urupema do 9º Distrito - MT. **Título de Item Licitação:** 00001. **Fundamento Legal:** Art. 2º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. **Justificativa:** Serviços em referência são realizados por única fornecedora. **Declaração de Inexigibilidade em 2012/2012:** MARINA DA CONCEIÇÃO PADILHA. **Ordemadora de Despesas:** Ratificação em 26/12/2012. **ANTONIO DIVINO MOURA - Diretor de Insumos.** **Valor Global:** R\$ 500,00. **CNPJ CONTRATADA:** 03.644.540/0001-74 DIAMANTIN O PREFEITURA.

(SICON - 07/01/2013) 130018-00001-2012NE00001

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM CAMPENAS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 13/2012

A empresa da LANAGROPE, declara vencedor da presente licitação a seguinte empresa para o item 01 a empresa ATLAS DO BRASIL CALDEIRAS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME

ANDRÉ DE OLIVEIRA MENDONÇA
Coordenador

(SICON - 07/01/2013) 130103-00001-2012NE00004

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PEDRO LEOPOLDO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 22/2012 - UASG 130018

Número do Contrato: 123/2011.
Nº Processo: 2116000052201125.
PREGÃO SISP Nº 16/2011 Contratante: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **CNPJ Contratado:** 02700001000154. **Contratado:** PONTUAL ASSASSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME. **Objeto:** Alterar a Cláusula Nona do vigência do Contrato nº 013/2011, ficando em 28/12/2012, ficando a nova vigência de 28/12/2012 a 2012/2013, bem como alterar a Cláusula Sétima do contrato, reajustando seu valor mensal para R\$ 44.274,56, perfazendo o valor total em duas parcelas de R\$ 53.399,52. **Fundamento Legal:** Lei 8.666/93 e suas alterações. **Vigência:** 28/12/2012 a 2012/2013. **Valor Total:** R\$531.209,52. **Fonte:** 100000000 - 2012NE00005. **Data de Assinatura:** 26/12/2012.

(SICON - 07/01/2013) 130018-00001-2012NE00005

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www14.gestaoetendencias.gov.br>, pelo código 0005261301000009

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 23/2012 - UASG 130018

Número do Contrato: 123/2011.
Nº Processo: 2116000052201125.
PREGÃO SISP Nº 16/2011 Contratante: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **CNPJ Contratado:** 02700001000154. **Contratado:** PONTUAL ASSASSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME. **Objeto:** Alterar a Cláusula Nona do vigência do Contrato nº 013/2011, ficando em 28/12/2012, ficando a nova vigência de 28/12/2012 a 2012/2013, bem como alterar a Cláusula Sétima do contrato, reajustando seu valor mensal para R\$ 53.399,52. **Fundamento Legal:** Lei 8.666/93 e suas alterações. **Vigência:** 01/01/2013 a 31/12/2013. **Valor Total:** R\$531.209,52. **Fonte:** 100000000 - 2012NE00005. **Data de Assinatura:** 26/12/2012.

(SICON - 07/01/2013) 130018-00001-2012NE00005

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 24/2012 - UASG 130018

Número do Contrato: 123/2011.
Nº Processo: 2116000052201125.
PREGÃO SISP Nº 16/2011 Contratante: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **CNPJ Contratado:** 02700001000154. **Contratado:** PONTUAL ASSASSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME. **Objeto:** Alterar a Cláusula Nona do vigência do Contrato nº 013/2011, ficando em 28/12/2012, ficando a nova vigência de 28/12/2012 a 2012/2013, bem como alterar a Cláusula Sétima do contrato, reajustando seu valor mensal para R\$ 53.399,52. **Fundamento Legal:** Lei 8.666/93 e suas alterações. **Vigência:** 01/01/2013 a 31/12/2013. **Valor Total:** R\$531.209,52. **Fonte:** 100000000 - 2012NE00005. **Data de Assinatura:** 26/12/2012.

(SICON - 07/01/2013) 130018-00001-2012NE00005

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PORTO ALEGRE

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO Nº 32/2012 - UASG 130018

Nº Processo: 2104300007201274. **Objeto:** Contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica, em proveito do LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO, no exercício de 2013. **Título de Item Licitação:** 00001. **Fundamento Legal:** Art. 2º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. **Justificativa:** Trata-se de serviços prestados exclusivamente pelo RGE. **Declaração de Dispensa em 07/01/2013:** ALEXANDRE RIBEIRO ESTIMA. **Chefe do Departamento de Despesas:** Ratificação em 07/01/2013. **AGUIRRE PARUSSOLO** **Ordemadora de Despesas:** **Valor Global:** R\$ 38.000,00. **CNPJ CONTRATADA:** 03.016.040/0001-38 RIO GRANDE E ENERGIA SA.

(SICON - 07/01/2013) 130103-00001-2012NE00004

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

AVISO

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em conformidade ao estabelecido no art. 21, da Lei nº 9.456/97, torna público que no dia 2 de janeiro de 2013, foram expedidos os Certificados de Proteção de Cultivares relacionados:

Espécie	Designação do Cultivar	Nº de Proteção	Nº da Certificação de Proteção
Algodão L.	Algodão L.	2.185.000.000.000.000	20.0000
Algodão L.	Algodão L.	2.185.000.000.000.000	20.0000
Algodão L.	Algodão L.	2.185.000.000.000.000	20.0000
Algodão L.	Algodão L.	2.185.000.000.000.000	20.0000
Algodão L.	Algodão L.	2.185.000.000.000.000	20.0000
Algodão L.	Algodão L.	2.185.000.000.000.000	20.0000
Algodão L.	Algodão L.	2.185.000.000.000.000	20.0000
Algodão L.	Algodão L.	2.185.000.000.000.000	20.0000
Algodão L.	Algodão L.	2.185.000.000.000.000	20.0000
Algodão L.	Algodão L.	2.185.000.000.000.000	20.0000

FABRÍCIO SANTANA SANTOS
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 10/2013 - UASG 130018

Número do Contrato: 123/2011.
Nº Processo: 2116000052201125.
PREGÃO SISP Nº 16/2011 Contratante: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **CNPJ Contratado:** 02700001000154. **Contratado:** PONTUAL ASSASSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME. **Objeto:** Alterar a Cláusula Nona do vigência do Contrato nº 013/2011, ficando em 28/12/2012, ficando a nova vigência de 28/12/2012 a 2012/2013, bem como alterar a Cláusula Sétima do contrato, reajustando seu valor mensal para R\$ 53.399,52. **Fundamento Legal:** Lei 8.666/93 e suas alterações. **Vigência:** 28/12/2012 a 2012/2013. **Valor Total:** R\$531.209,52. **Fonte:** 100000000 - 2012NE00005. **Data de Assinatura:** 26/12/2012.

(SICON - 07/01/2013) 130018-00001-2012NE00005

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 10/2013 - UASG 130018

Número do Contrato: 123/2011.
Nº Processo: 2116000052201125.
PREGÃO SISP Nº 16/2011 Contratante: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **CNPJ Contratado:** 02700001000154. **Contratado:** PONTUAL ASSASSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME. **Objeto:** Alterar a Cláusula Nona do vigência do Contrato nº 013/2011, ficando em 28/12/2012, ficando a nova vigência de 28/12/2012 a 2012/2013, bem como alterar a Cláusula Sétima do contrato, reajustando seu valor mensal para R\$ 53.399,52. **Fundamento Legal:** Lei 8.666/93 e suas alterações. **Vigência:** 01/01/2013 a 31/12/2013. **Valor Total:** R\$531.209,52. **Fonte:** 170013032 - 2012NE00004. **Data de Assinatura:** 01/01/2013.

(SICON - 07/01/2013) 130018-00001-2012NE00004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

TERMO ADITIVO Nº. 14/2013

Pregão Eletrônico nº 16/2011 - Item 2
Processo nº 21181.000128/2011-23

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº. 121/2011, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL,
REPRESENTADA PELO LABORATÓRIO
NACIONAL AGROPECUÁRIO -
LANAGRO/MG DO MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO E A EMPRESA
TELEMAR NORTE LESTE S/A.**

A União, por intermédio do **LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG**, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento com sede à Avenida Rômulo Joviano s/nº - Centro, em Pedro Leopoldo/MG, CEP: 33600-000, inscrito no CNPJ sob o nº 00.396.895/0062-47, neste ato representado pelo Senhor **Ricardo Aurélio Pinto Nascimento**, Coordenador nomeado pela Portaria nº 175, de 24/03/2005, publicada em 28/03/2005, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 104, de 18/04/2006, publicada em 19/04/2006, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **TELEMAR NORTE LESTE S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.000.118/0001-79, sediada à Rua General Polidoro, 99 - Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.280-001, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Executivo de Negócios o Sr. **Hider Vinicius Goeking**, portador da cédula de identidade nº. MG 11.660.431 SSP-MG, inscrito no CPF sob o nº. 054.179.076-50 e por seu Gerente de Vendas o Sr. **Cristiano Veloso Souza Mendes**, portador da cédula de identidade nº 6.076.799 SSP MG, inscrito no CPF sob o nº. 037.204.176-03, têm entre si justos e avençados, e celebram por força deste instrumento, o presente **TERMO ADITIVO**, sujeitando às normas preconizadas na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, observadas as condições expressas no Processo nº. 21181.000128/2011-23, Pregão Eletrônico nº 16/2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto reajustar os preços praticados mediante índice regulamento pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL em conformidade com a Cláusula Décima do contrato original, bem como formalizar a alteração dos representantes legais da Contratada.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. O valor mensal do Contrato será reajustado em 4,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento), conforme Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) previsto na regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL referente variação registrada entre os meses de dezembro de 2011 a dezembro de 2012, e passa de R\$ 8.517,26 para **R\$ 8.923,54 (oito mil novecentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

3.1. Os representantes legais da Contratada passam a ser o Sr. **Hider Vinicius Goeking**, Identidade nº MG 11.660.431 e CPF nº 054.179.076-50 e o Sr. **Cristiano Veloso Souza Mendes**, Identidade 6.076.799 e CPF nº 037.204.176-03, conforme Procuração enviada pela Contratada anexada aos autos do processo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS

4.1. O valor mensal do presente Termo Aditivo está estimado em R\$ 406,27 (quatrocentos e seis reais e vinte e sete centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 4.875,24 (quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas correrão à conta do orçamento do exercício de 2013, Elemento de Despesa 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros, Projeto Atividade 20604202821320001 LABANIMAL e/ou a conta de outros recursos que forem consignados ao Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO/MG, em virtude de provisão ou outros meios legais admitidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1. As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1. A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Pedro Leopoldo, 14 de junho de 2013.


Ricardo Aurélio Pinto Nascimento
CONTRATANTE


Hider Vinicius Goeking
CONTRATADA


Cristiano V. S. Mendes
CONTRATADA

Testemunhas:


Claret C. G. Monteiro
Chefe DAD/LANAGRO/MG


Patrícia da Silva Falcão
Resp. GESCON/LANAGRO/MG

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

TERMO ADITIVO Nº. 42/2013

Pregão Eletrônico nº 16/2011 - Item 2
Processo nº 21181.000128/2011-23

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº. 121/2011, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL,
REPRESENTADA PELO LABORATÓRIO
NACIONAL AGROPECUÁRIO -
LANAGRO/MG DO MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO E A EMPRESA
TELEMAR NORTE LESTE S/A.**

A União, por intermédio do **LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG**, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento com sede à Avenida Rômulo Joviano s/nº - Centro, em Pedro Leopoldo/MG, CEP: 33600-000, inscrito no CNPJ sob o nº 00.396.895/0062-47, neste ato representado pelo Senhor **Ricardo Aurélio Pinto Nascimento**, Coordenador nomeado pela Portaria nº 175, de 24/03/2005, publicada em 28/03/2005, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 104, de 18/04/2006, publicada em 19/04/2006, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **TELEMAR NORTE LESTE S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.000.118/0001-79, sediada à Rua General Polidoro, 99 - Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.280-001, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Executivo de Negócios, o Sr. **Hider Vinicius Goeking**, portador da cédula de identidade nº. MG 11.660.431 SSP-MG, inscrito no CPF sob o nº. 054.179.076-50 e por seu Gerente de Vendas, o Sr. **Cristiano Veloso Souza Mendes**, portador da cédula de identidade nº 6.076.799 SSP MG, inscrito no CPF sob o nº. 037.204.176-03, têm entre si justos e avençados, e celebram por força deste instrumento, o presente **Termo Aditivo**, sujeitando às normas preconizadas na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, observadas as condições expressas no Processo nº. 21181.000128/2011-23, Pregão Eletrônico nº 16/2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Oitava, bem como formalizar a alteração dos representantes legais da Contratada e alteração dos fiscais constantes da Cláusula Décima Segunda do Contrato original.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O Contrato passa a vigorar por um novo período, com início em 01/01/2014 e término em 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

3.1. Os representantes legais da Contratada passam a ser o Sr. **Hider Vinicius Goeking**, Identidade nº MG 11.660.431 e CPF nº 054.179.076-50 e o Sr. **Cristiano Veloso Souza Mendes**, Identidade 6.076.799 SSP MG e CPF nº 037.204.176-03, conforme Procuração enviada pela Contratada anexada aos autos do processo.

3.2 O Fiscal do Contrato passa a ser o servidor **Fábio de Almeida Moraes**, matrícula SIAPE nº 0023747, e a Fiscal Substituta do Contrato passa a ser a servidora **Nelziane Aparecida Pereira**, matrícula SIAPE nº 0007158 conforme Portaria Nº 119/13 vigente desde 30/07/2013 com término em 31/12/2016.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Ressalta-se que conforme recomendações constantes dos itens 8, 9, 11 a 13 do Parecer Nº 1486/2013/CJU-MG/CGU/AGU, constante às folhas 1.787 a 1.790 dos autos do processo, estão sendo providenciados os cálculos dos valores contratuais, nos termos determinados pela Lei nº 12.546/2011. Caso seja constatada a necessidade de ressarcimento de valores pagos indevidamente, serão adotados os procedimentos previstos na Orientação Normativa nº 65/2010, para que seja realizada a compensação dos valores apurados com as faturas vincendas. O contrato original deverá ser alterado por meio de termo aditivo a fim de expurgar o valor indevidamente previstos na proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS

5.1. O valor mensal do presente Termo Aditivo está estimado em **R\$ 8.923,54 (oito mil novecentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos)**, perfazendo o valor anual de **R\$ 107.082,48 (cento e sete mil oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos)**.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas correrão à conta do orçamento do exercício de 2014, Elemento de Despesa 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros, Projeto Atividade 20.609.2028.20ZW0001 LANAGROS13 e/ou a conta de outros recursos que forem consignados ao Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO/MG, em virtude de provisão ou outros meios legais admitidos.

MO
Oleg



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

CLÁUSULA SETIMA - DA RATIFICAÇÃO

7.1. As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1. A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Pedro Leopoldo, 20 de dezembro de 2013.


Ricardo Aurélio P. Nascimento
CONTRATANTE


Hider Vinicius Gocking
CONTRATADA


Cristiano Veloso S. Mendes
CONTRATADA

Testemunhas:


Claret C. Gonçalves Monteiro
Chefe DAD/LANAGRO/MG


Patrícia da Silva Falcão
Resp. GESCON/LANAGRO/MG



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

TERMO ADITIVO Nº. 35/2014

Pregão Eletrônico nº 16/2011 - Item 2
Processo nº 21181.000128/2011-23

**QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº. 121/2011, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL,
REPRESENTADA PELO LABORATÓRIO
NACIONAL AGROPECUÁRIO -
LANAGRO/MG DO MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO E A EMPRESA
TELEMAR NORTE LESTE S/A.**

A União, por intermédio do **LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG**, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento com sede à Avenida Rômulo Joviano s/nº - Centro, em Pedro Leopoldo/MG, CEP: 33600-000, inscrito no CNPJ sob o nº 00.396.895/0062-47, neste ato representado pelo Senhor **Ricardo Aurélio Pinto Nascimento**, Coordenador nomeado pela Portaria nº 175, de 24/03/2005, publicada em 28/03/2005, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 104, de 18/04/2006, publicada em 19/04/2006, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **TELEMAR NORTE LESTE S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.000.118/0001-79, sediada à Rua General Polidoro, 99 - Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.280-001, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Executivo de Negócios, o Sr. **Henrique de Albergaria Barbosa Favarelli**, portador da cédula de identidade nº. 335674549 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº. 218.230.198-46 e por sua Especialista em Licitações, a Sra. **Raquel Ribeiro Campos**, portadora da cédula de identidade nº 3060210337 SJS/RS, inscrito no CPF sob o nº. 939.432.290-68, têm entre si justos e avençados, e celebram por força deste instrumento, o presente **Termo Aditivo**, sujeitando às normas preconizadas na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, observadas as condições expressas no Processo nº. 21181.000128/2011-23, Pregão Eletrônico nº 16/2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Oitava, reajustar os preços praticados mediante índice regulamentado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL em conformidade com a Cláusula Décima do contrato original, bem como formalizar a alteração dos representantes legais da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O Contrato passa a vigorar por um novo período, com início em 01/01/2015 e término em 01/01/2016.

Assinaturas manuscritas



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1. O valor mensal do Contrato será reajustado em 6,32% (seis vírgula trinta e dois por cento), conforme Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) previsto na regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL referente variação registrada entre os meses de Agosto de 2013 a Agosto de 2014, e passa de R\$ 8.923,54 (oito mil novecentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos), para **R\$ 9.487,51 (nove mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos)**, a partir de 01/01/2015.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

4.1. Os representantes legais da Contratada passam a ser o Sr. **Henrique de Albergaria Barbosa Favarelli**, Identidade nº 335674549 e CPF nº 218.230.198-46 e a Sra. **Raquel Ribeiro Campos**, Identidade 3060210337 e CPF nº 939.432.290-68, conforme Procuração enviada pela Contratada anexada aos autos do processo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS

5.1. O valor mensal do presente Termo Aditivo está estimado em **R\$ 9.487,51 (nove mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos)**, perfazendo o valor anual de **R\$ 113.850,12 (cento e treze mil oitocentos e cinquenta reais e doze centavos)**.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas correrão à conta do orçamento do exercício de 2015, Elemento de Despesa 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros, Projeto Atividade 20.609.2028.20ZW0001 LANAGROS13 e/ou a conta de outros recursos que forem consignados ao Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO/MG, em virtude de provisão ou outros meios legais admitidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Ressalta-se que conforme recomendações constantes dos itens 8, 9, 11 a 13 do Parecer Nº 1486/2013/CJU-MG/CGU/AGU, constante às folhas 1.787 a 1.790 dos autos do processo, estão sendo providenciados os cálculos dos valores contratuais, nos termos determinados pela Lei nº 12.546/2011. Caso seja constatada a necessidade de ressarcimento de valores pagos indevidamente, serão adotados os procedimentos previstos na Orientação Normativa nº 65/2010, para que seja realizada a compensação dos valores apurados com as faturas vincendas. O contrato original deverá ser alterado por meio de termo aditivo a fim de expurgar o valor indevidamente previstos na proposta da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DA RATIFICAÇÃO

8.1. As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

[Assinaturas manuscritas]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA- DO FORO

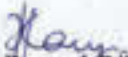
10.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Pedro Leopoldo, 16 de dezembro de 2014.


Ricardo Aurelio P. Nascimento
CONTRATANTE


Henrique de A. Barbosa Favarelli
CONTRATADA


Raquel Ribeiro Campos
CONTRATADA

Testemunhas:


Fábio de Almeida Moraes
Chefe SEC/LANAGRO/MG


Claret C. Gonçalves Monteiro
Chefe DAD/LANAGRO/MG



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

TERMO ADITIVO N°. 48/2015

Pregão Eletrônico nº 16/2011 - Item 2
Processo nº 21181.000128/2011-23

**QUINTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO N°. 121/2011, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL,
REPRESENTADA PELO LABORATÓRIO
NACIONAL AGROPECUÁRIO -
LANAGRO/MG DO MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO E A EMPRESA
TELEMAR NORTE LESTE S/A.**

A União, por intermédio do **LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG**, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento com sede à Avenida Rômulo Joviano s/nº - Centro, em Pedro Leopoldo/MG, CEP: 33600-000, inscrito no CNPJ sob o nº 00.396.895/0062-47, neste ato representado pelo Senhor **Ricardo Aurélio Pinto Nascimento**, Coordenador nomeado pela Portaria nº 175, de 24/03/2005, publicada em 28/03/2005, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 104, de 18/04/2006, publicada em 19/04/2006, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **TELEMAR NORTE LESTE S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.000.118/0001-79, sediada à Rua General Polidoro, 99 - Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.280-001, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Executivo de Negócios, o Sr. **Henrique de Albergaria Barbosa Favarelli**, portador da cédula de identidade nº. 335674549 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº. 218.230.198-46 e por seu Gerente de Vendas, o Sr. **Alessandro Camargo Aguiar**, portador da cédula de identidade nº 9052103869 SSP, inscrito no CPF sob o nº. 922.189.380-79, têm entre si justos e avençados, e celebram por força deste instrumento, o presente **Termo Aditivo**, sujeitando às normas preconizadas na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, observadas as condições expressas no Processo nº. 21181.000128/2011-23, Pregão Eletrônico nº 16/2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Oitava, reajustar os preços praticados mediante índice regulamentado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL em conformidade com a Cláusula Décima do contrato original, bem como formalizar a alteração do representantes legais da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O Contrato passa a vigorar por um novo período, com início em 01/01/2016 e término em 01/01/2017



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTE

3.1. O valor mensal do Contrato será reajustado em 9,43% (nove vírgula quarenta e três por cento), conforme Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) previsto na regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL referente variação registrada entre os meses de Agosto de 2014 a Agosto de 2015, e passa de R\$ 9.487,51 (nove mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos), para **R\$ 10.382,18 (dez mil trezentos e oitenta e dois reais e dezoito centavos)**, a partir de 01/01/2016.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÕES

4.1. Os representantes legais da Contratada passam a ser o Sr. **Henrique de Albergaria Barbosa Favarelli**, Identidade nº 335674549 e CPF nº 218.230.198-46 e o Sr. **Alessandro Camargo Aguiar**, Identidade 9052103869 SSP e CPF nº 922.189.380-79, conforme Procuração enviada pela Contratada anexada aos autos do processo.

CLÁUSULA QUINTA – DESPESAS

5.1. O valor mensal do presente Termo Aditivo está estimado em **R\$ 10.382,18 (dez mil trezentos e oitenta e dois reais e dezoito centavos)**, perfazendo o valor anual de **R\$ 124.586,16 (cento e vinte e quatro mil quinhentos e oitenta e seis reais e dezesseis centavos)**.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas correrão à conta do orçamento do exercício de 2016, Elemento de Despesa 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros, Projeto Atividade 20.609.2028.20ZW0001 LANAGROS e/ou a conta de outros recursos que forem consignados ao Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO/MG, em virtude de provisão ou outros meios legais admitidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO

7.1. As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

8.1. A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial da União, conforme determina o parágrafo único, do art. 61, da Lei nº. 8.666/93.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

CLÁUSULA NONA- FORO

9.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Pedro Leopoldo, 18 de dezembro de 2015.


Ricardo Aurélio P. Nascimento
CONTRATANTE


Henrique de A. Barbosa Favarelli
CONTRATADA


Alessandro C. Aguiar
CONTRATADA

Testemunhas:


Luiz Henrique Silva Santana
Agente Adm./LANAGRO/MG


Vanessa Kalline de Arruda Santos
Agente Adm./LANAGRO/MG

Renato Luiz Gonçalves Araújo
Agente Administrativo
LIC-SEC/PL/LANAGRO/MG
Portaria nº 201 de 30/12/2014